

INTRODUÇÃO: EM TORNO DO PATRIMÔNIO E DA MEMÓRIA: QUESTÕES DE APROPRIAÇÃO E DE MARCAÇÃO DO ESPAÇOⁱ

(INTRODUCTION. AROUND HERITAGE AND MEMORY: ISSUES OF APPROPRIATION AND MARKING OF SPACE)

(INTRODUCTION: AUTOUR DU PATRIMONE ET DE LA MÉMOIRE: DES ENJEUX D'APPROPRIATION ET DE MARQUAGE DE L'ESPACEⁱⁱ)

50

RESUMO

Este artigo é a introdução do livro "Traces et mémoires urbaines, enjeux sociaux de la patrimonialisation", editado pela Press Universitaires de Rennes, França, no ano de 2008, no qual Vincent Veschambre formula reflexões sobre patrimonialização, demolição e produção de memória ou comemoração. Nesta introdução, o autor, além de tratar da apropriação simbólica do espaço, ele traz a compreensão dos termos traço e marca como pivôs do entendimento do conceito marcação para a epistemologia da geografia no trato da questão patrimonial.

Palavras-chave: Traço, Marca, Marcação

ABSTRACT

This article is the introduction of the book "Traces et memoires urbaines, enjeux sociaux de la patrimonialisation" published by Press Universitaires de Rennes, France, in 2008, in which Vincent Veschambre reflects on heritage, demolition and production of memory or celebration. In this introduction, the author, in addition to treating the symbolic appropriation of space, he brings an understanding of the terms trace and mark serving as pivots to the understanding the concept of marking to the epistemology of geography and the heritage issue.

Key words: Trace, Mark, Marking

RÉSUMÉ

Cet article est l'introduction du livre "Traces et mémoires urbaines, Enjeux sociaux de la patrimonialisation", publié par les Presses Universitaires de Rennes, en France, en 2008, dans lequel Vincent Veschambre reflète sur le patrimoine, la démolition et la production de mémoire ou célébration. Dans cette introduction, l'auteur, en plus de traiter l'appropriation symbolique de l'espace, il apporte une compréhension des termes trace et marque servant de pivots à la compréhension du concept de marquage à l'épistémologie de la géographie dans la question du patrimoine.

Mots clés: Trace, Marque, Marquage

Vincent Veschambre

Mestre de conferência de geografia da Universidade de Angers (França), membro do Laboratório Carta (Umr Eso
Vincent.veschambre@lyon.archi.fr

Um dos principais problemas enfrentados pela geografia e, particularmente, a geografia socialⁱⁱⁱ é o da apropriação do espaço. Isso porque o espaço é finito e que todos os espaços não são iguais. As estratégias, as lutas, os conflitos para a sua apropriação são uma grade de leitura privilegiada das desigualdades sociais e das relações de poder, uma vez que atuam na dimensão espacial. Apropriar-se do espaço é ter acesso a um recurso, a um capital, a um patrimônio: uma mercadoria a ser trocada, um meio de produção, mas também um atributo social mais ou menos valorizado e valorizante. O espaço apropriado aparece significativo na posição dos indivíduos e grupos na hierarquia social (Ripoll, Veschambre, 2005).

A apropriação simbólica do espaço

Mesmo antes de considerar as formas de apropriação que repousam sobre a expressão material de um poder (barreiras, cordões de CRS...), privilegiamos aqui o que chamamos de *apropriação simbólica* do espaço. Uma forma de apropriação do espaço que supõe a produção, o uso de símbolos, dotados de uma “eficiência social e política” (Debarbieux, 2003), para significar que tal espaço, tal lugar, tal objeto, estão associados a um grupo, a uma instituição, a um poder. É claro que as modalidades de expressão, de reivindicação, de legitimação de uma apropriação, que se inscrevem no registro simbólico são igualmente enraizadas na materialidade das coisas e dos lugares. Para delas se convencer, é suficiente evocar as situações de violência extrema, os conflitos armados: nenhuma invasão militar está ausente de alvos simbólicos. Como afirma Pierre Bourdieu, toda forma de poder, de dominação, desenvolve, inevitavelmente, estratégias simbólicas (Bourdieu, 1989).

Esta questão da apropriação simbólica do espaço, consideraremos, essencialmente, no contexto da cidade, “*criação de poder e dos lugares de poder*” (Burgel, 2001), espaço onde as questões de apropriação são, por hipótese, exacerbadas^{iv}. Manifestação do princípio da centralidade, a cidade é, por excelência, teatro de conflitos na apropriação de espaços raros e valorizantes (Levy, 1987).

Esta reflexão sobre os modos de apropriação do espaço se inscreve no contexto da “renovação urbana”, ou em outras palavras, da reciclagem de espaços abandonados, desvalorizados (mas geralmente bem localizados) seja pela demolição/reconstrução, seja pela reabilitação. Esta obsolescência dos espaços urbanos, geralmente pericentrais, suscita conflitos de apropriação, nos quais o registro do simbólico, em torno do conceito de patrimônio, em particular, é frequentemente evocado.

A outra especificidade do espaço urbano em relação ao nosso questionamento é a presença “*de espaços públicos urbanos (que) têm representado ao longo da história um dos parâmetros essenciais da construção da identidade do indivíduo como a da identidade coletiva*” (Ghorra-Gobin, 2001, p. 9). Estes espaços, que não podem ser, por definição, apropriados no sentido jurídico do termo, dão origem, no entanto, a lutas pela sua apropriação simbólica. Atuam nestes espaços públicos a legitimação e a hierarquização dos diferentes componentes da sociedade urbana. Esta capacidade desigual para reivindicar tal apropriação simbólica passa através do processo de marcação.

Uma cidade privilegiada para um estudo de caso: Angers

Muitos de nossos estudos de caso fazem parte da área angevina, que constitui uma espécie de fio condutor desta obra, mesmo se não há nenhuma intenção de torná-la uma monografia. Outros estudos de caso, outros exemplos também são convocados ao longo de toda a proposta, com o intuito de variar os ângulos de abordagem.

Angers é uma cidade média na escala francesa: Comunidade de 150.000 habitantes, é o centro de uma área urbana de cerca de 330 mil habitantes no último censo. Esta cidade exerce um raio limitado em todo o departamento de Maine-et-Loire, dada a proximidade da capital regional: Nantes fica a menos de 100 quilômetros a Oeste. Esta cidade média se inscreve na França, a Noroeste, caracterizada por certo dinamismo demográfico*, que é sinônimo de alta pressão fundiária. As autoridades locais estão tentando reverter uma tendência de longa data a uma forte expansão urbana, típica das cidades ocidentais, através de uma política de densificação e renovação urbana. Entre os subsídios cobçados em toda a cidade, figuram as ardoserias, no bairro de Trélazé, antigo bastião de trabalhadores localizado a leste de Angers. A renovação urbana é também caracterizada pela coroa de grandes conjuntos, que são principalmente localizados no centro da cidade: Angers tem aproximadamente 30% de habitação social. Os pericentros antigamente artesanais, industriais, ferroviários, são os setores sobre os quais se exercem as pressões mais fortes (Bergel, 2002).

Os espaços que são inversamente menos preocupados com a renovação urbana são os bairros *intramuros*, caracterizados pela concentração de monumentos históricos protegidos (90), principalmente medievais e renascentistas. O castelo, a catedral, o hospital medieval e as abadias são as principais referências monumentais da cidade.

*Com um crescimento de 8 % entre 1990 e 1999, para 3 % em média na France e 5 % na região de Pays de la Loire.

Em torno das marcas e dos traços: questões de legitimação no espaço *Apropriação e marcação do espaço: duas noções intimamente ligadas*

A apropriação simbólica do espaço pode ser vista através do discurso de reivindicação, de legitimação, realizado por determinados indivíduos, grupos, instituições^v. Mas a apropriação do espaço está relacionada principalmente à produção, ao reinvestimento das formas materiais, verdadeiros pontos de apoio para manifestar, exprimir, reivindicar uma determinada apropriação. Este processo, que é doravante chamado de "marcação" na linguagem corrente, mas também na literatura científica, constitui especificamente o objeto de nossa reflexão.

A *marcação* pode ser primeiro definida como uma "produção de signo(s)" (Ripoll, 2006)^{vi}. Lorenza Mondada e Jean- Bernard Racine mostraram todo interesse em resolver esta produção de signos do ponto de vista ao mesmo tempo do espaço e das ciências da linguagem, a fim de apreender "uma linguagem espacial" (Mondada, Racine, 1995). O signo produzido pela *marcação* está associado a um *significante*, a um suporte material: como destacado pela origem germânica de *marca* (*Mark*: "limite visível", *marken*: "marcar, remarcar") os significantes utilizáveis pela *marcação* referem-se principalmente ao canal visual e pode se declinar *a priori*, para além das figuras emblemáticas de borda ou de barreira, de acordo com uma infinidade de formas e transformações do espaço. A *marcação* advém desse "efeito de visibilidade" (Chivallon, 1999) ou do "regime de visibilidade" (Lussault, 1999) essenciais para a construção da legitimidade dos atores sociais: como diz a língua corrente, trata-se de "tomar seu lugar", de ter "sua própria casa"^{vii}...

Há ainda que tornar preciso qual *significado* pode veicular os signos produzidos pela *marcação*. Os dicionários científicos que definem esta noção o associam intimamente ao de *apropriação*. De acordo com o *Dicionário de Habitação e Habitat* "a *marcação*, pela disposição dos objetos ou das intervenções sobre o espaço habitado é o aspecto material mais importante da *apropriação*" (Segaud et al., 2002, p. 28). Quanto à definição do dicionário *Mots des Géographie* ele indica que "a *marcação*

simbólica do espaço está destinada a assinalar uma apropriação” (Brunet et al., 1993, 293 p.). A proximidade entre as duas noções é óbvia, mas sua articulação é, sem dúvida, mais complexa do que possa parecer.

Podemos certamente lançar a hipótese de que não se pode ter apropriação sem marcação do espaço, que a marcação do espaço acompanha todas as formas de apropriação, das mais simbólicas às mais materiais e violentas. Um processo de colonização, por exemplo, não pode ignorar as múltiplas formas de marcação, desde a toponímia e à sinalética até o urbanismo, passando pela demolição e pela produção arquitetural (Segal, Weizman, 2004).

Mas é mais difícil afirmar em sentido contrário que toda forma de marcação manifesta uma apropriação: a marcação afirma o *minimo* direito de presença (que segue junto com a idéia de legitimidade), e mais a afirmação de uma apropriação (Ripoll, 2006). Entre os dois, há a idéia de reivindicação^{viii} de uma apropriação, que pode se aplicar, notadamente, aos espaços públicos. Mas, se a marcação não é redutível à afirmação de uma apropriação, pode-se, da mesma maneira, lançar a hipótese de que ela constitui um privilégio. Expressa uma presença, um poder, uma apropriação do espaço sem ser obrigatório reafirmar isso em permanência pela força ou pelo direito: eis o que permite basicamente a *marcação*.

Pensar uma marcação: as noções de marca e de traço

O processo de marcação na linguagem comum refere-se a duas principais manifestações: o *traço* e a *marca*. Propomo-nos fazer as duas noções pivôs da marcação, as quais tentaremos esclarecer e enriquecer ao longo desta reflexão.

À primeira vista, os dois termos aparecem muito próximos. Tão próximos que os dicionários utilizam um para definir o outro. Em ambos os casos, as definições referem-se à materialização no espaço de uma presença, isto é, da existência de uma ação. É, no entanto, importante em nossa diligência distingui-los (Ripoll, 2006).

No registro da temporalidade, podemos identificar o *traço*, o qual se refere ao que resta do passado, a *marca* se inscreve no presente. O *traço* se inscreve no campo da história e, sobretudo, da memória: ele torna presente o que foi. A *marca* evoca uma ação contemporânea e não é construída necessariamente para durar.

O Segundo registro importante que distingue o *traço* da *marca* é o da intencionalidade. Mesmo se alguns querem “deixar um traço”, o *traço* não é necessariamente intencional. Ele não é necessariamente identificável como uma assinatura: é todo trabalho do arqueólogo de identificar o ou os outros. Por outro lado, a *marca* funciona como assinatura intencional: é pensada e produzida para tornar visível uma pessoa, um grupo, uma instituição, para constituir o suporte de uma identificação (individual ou mais geralmente coletiva), e para representar no final um atributo do ator ou grupo em questão.

QUADRO 1: Diferenças de registro entre traço e marca (de acordo com Ripoll [2006, p. 251])

	TRAÇO	MARCA
Temporalidade	Encarna o passado	Faz referência ao presente
Intencionalidade	Não intencional	Intencional
Significado	Anônimo, refere-se a uma atividade, a um evento	Refere-se a um ator
Sinônimos	Impressão, vestígio, índice	Assinatura
Ações possíveis	Identificação, reinvestimento,	Manutenção/degradação, destruição

	valorização/enfraquecimento	
--	-----------------------------	--

Enquanto o *traço* pode permanecer anônimo e referir-se apenas a uma atividade (traços de uma habitação, de uma atividade artesanal...), a *marca* é por definição a assinatura de um ator social, ela o representa em sua ausência. Os Inuit têm um tipo de *marca* que explica essa idéia: uma pequena pirâmide de pedra que diz aos caçadores o melhor caminho a seguir, o *inuksuk* significa de fato "agir no lugar do homem." A *marca* é a expressão de um certo poder, pelo menos de marcar mais ou menos duravelmente o espaço e nele se afirmar.

Para retornar à definição de *marcação*, podemos dizer em primeiro lugar que esta é a produção de marca(s), *ex nihilo*, em um espaço onde a apropriação é afirmada ou reivindicada. O *traço* pode também desempenhar um papel importante nesse processo de marcação: porque é anônimo e disponível, o *traço* pode ser, em efeito, reinvestido por indivíduos, grupos, instituições, que nele sobrepõem a sua própria *marca*. A *marcação*^{ix} é, portanto, a produção de *marcas* e/ou reinvestimento de *traços*.

As marcas produzidas por indivíduos e grupos sociais são de grande diversidade. No registro da visibilidade, se distinguem esquematicamente duas grandes categorias de marcas, desigualmente perenes e importantes: as inscrições e as construções^x. Inscrições e grafites são tão antigos quanto a humanidade (Candau, 1998). São marcas mais ou menos discretas que podem durar^{xi}, mas que pela sua natureza são efêmeras ou provisórias. Do lado das marcas construídas (com ou sem registro) incluem-se o mobiliário urbano, esculturas, monumentos... e é claro os edifícios, estes destinados a abrigar diferentes funções.

Quando se descrevem a apropriação e a marcação dos bairros oeste de Paris pela grande burguesia, em particular, usando o termo "grifo espacial" Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot evocam não somente o construído, os espaços verdes, o comércio de luxo, mas também a forma de se vestir, de falar, de "ficar" (Pinçon-Charlot, 1989, 1992). Se esta reflexão sobre marcação pelos corpos é promissora, não a desenvolveremos aqui, limitar-nos-emos, sobretudo, às formas extracorpóreas que se inscrevem na duração.

Por sua inscrição na duração, por sua capacidade de jogar com a monumentalidade das formas, a produção arquitetural é por excelência a *marca* do poder^{xii}: "*classes dominantes revelam na pedra e pela arquitetura seu sucesso econômico e sua dominação social e política*" (Fremont et al, 1984). A problemática arquitetural está fortemente associada à questão da durabilidade da marca, na transmissão e na reprodução social. Como diz Georges Gay sobre a arquitetura das usinas do século XIX do Vallé du Gier: "*A arquitetura e o agenciamento dos lugares querem ao mesmo tempo manifestação de poder econômico e de permanências sociais*" (Gay, 1996, p. 221).

Nossa reflexão será fortemente direcionada para o eixo da durabilidade da marcação: trata-se, nos parece, de uma entrada relevante em considerar as desigualdades de apropriação do espaço e mais amplamente, das desigualdades sociais.

É o registro da marcação arquitetural que consideraremos de modo especial em nossa reflexão sobre as formas de apropriação simbólica do espaço. Não através da

produção de *marcas*, isto é, através da produção arquitetural em si. Mas, através de intervenções sobre as edificações existentes, que ainda funcionam como *marcas* ou tornadas *traços*. Essas intervenções se dividem em dois grandes tipos de processos, a conservação (ou a patrimonialização) de alguns traços e a demolição ou o desaparecimento de outros traços. *Patrimonialização e demolição* sendo pensados de maneira dialética, em referência à marcação e à apropriação do espaço urbano.

Marcação e ações sobre os traços: patrimonialização, demolição e memorização *Traços e memória*

É principalmente através da figura do *traço*, identificado e instrumentalizado, que consideraremos o processo de *marcação*. Através notadamente do traço arquitetônico, reinvestido e reconhecido como patrimônio. A partir do fato de se reinvestir em um traço, de poder se identificar individual e coletivamente com este traço, ocorre uma legitimidade: a da "antiguidade no lugar." Esta questão é essencial em matéria de apropriação do espaço: "*não há melhor maneira de legitimar uma apropriação e para estabelecer sua propriedade do que a filiação, a herança*" (Gravari-Barbas, Guichard-Anguis [dir.] 2003, p. 14). Por outro lado, apagar os traços que poderiam investir tal ou tais grupos sociais, é privar estes grupos de capacidades em marcar e se apropriar do espaço.

Esta referência ao passado como fator de legitimação no espaço está intimamente relacionada com a questão da memória. Em seu livro de referência, "*A memória, a história, o esquecimento*", Paul Ricoeur refere-se a Immanuel Kant para definir a memória como "*a representação presente de uma coisa ausente*" (Ricoeur, 2000). Esta definição, que se refere à noção de *marca*, nos faz inicialmente prever a profunda analogia entre a *marcação* e a *memorização*: Trata-se, nos dois casos, de manifestar uma presença e uma legitimidade na duração do tempo. Esta analogia entre a *memorização* e *marcação* também revela a importância da dimensão espacial^{xiii} no processo memorial.

Maurice Halbwachs, o "sociólogo da memória" deixou-nos reflexões sobre a articulação entre a memória e o espaço que fazem sempre autoridade:

"Não há nenhum ponto da memória coletiva que não se realize em um contexto espacial [...]. É sobre o espaço, o nosso espaço – aquele que ocupamos, onde, muitas vezes visitamos, temos sempre acesso, e que em qualquer caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar a nossa atenção: é aqui onde o nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça tal e tal categoria de memórias" (Halbwachs, 1950-1997, p 209).

A memória, segundo ele, precisa de referências materiais, de traços para se fixar, se construir. E a construção da memória, por sua vez, contribui para legitimar a apropriação do espaço.

Marcação e ações sobre os traços: patrimonialização, demolição e memorização *Traços e memória*

Optamos por privilegiar os processos de marcação que fazem referência à temporalidade, às noções de herança e memória. A inscrição no tempo é um modo de legitimação clássica nas sociedades ocidentais, mas que toma uma dimensão exacerbada há uns trinta anos. Como reflete a produção das ciências sociais, assiste-se a um verdadeiro entusiasmo pelas heranças (materiais e imateriais), pelos traços, pela memória, pela comemoração, que se acompanha de uma dilatação da noção de patrimônio em relação ao monumento histórico. E, como apontaram Bernard Bret e Nicole Commerçon, este interesse pelo patrimônio parece exacerbado nas cidades, *"o espaço urbano registra as marcas do passado de uma forma mais concentrada do que nos espaços rurais, garantindo que a densidade patrimonial, aliada à densidade demográfica torne o tema mais complexo e as questões mais agudas"* (Bret, Commerçon, 2004, p. 195).

Mesmo se essa noção de patrimônio refere-se ao "bem comum", formulamos a hipótese de que esses *traços* reapropriados funcionam como *marcas*, envolvidos no processo de apropriação simbólica do espaço.

A problemática desta obra consiste, portanto, em cruzar a "hipertrofia memorial" (Candau, 1998) e "a loucura do patrimônio" (Jeudy, 1990), que caracterizam o nosso tempo, com a propensão dos indivíduos e grupos na marcação e apropriação do espaço. Lançamos a hipótese de que esta demanda de memória e a memorização do espaço representam um modo de legitimação de importância crescente nas lutas pela apropriação do espaço.

Esse terreno já está bem balizado pelas ciências sociais, seja por historiadores (Nora [eds.], 1984-1997, Namer, 1987, Choay, 1992), por sociólogos (Halbwachs, 1950, Robin, 2003), filósofos (Ricoeur, 2000) ou por etnólogos (Candau, 1998, Rautenberg, 2003). Mas, se o patrimônio tornou-se um objeto reconhecido pelos geógrafos desde o final da década de 1990 (Veschambre, 2007), estas questões ligadas ao reinvestimento dos traços, à memorização para a patrimonialização, são novas na disciplina. A abordagem pela dimensão espacial (Veschambre, 2006a) nos parece, no entanto, essencial para tratar estas questões e introduzir reflexões novas no campo da pesquisa *a priori* bem explorada.

Estas relações com os traços serão consideradas segundo três modalidades (e em três tempos), as quais distinguiremos para a comodidade da razão, mas que estão, de fato, totalmente imbricadas.

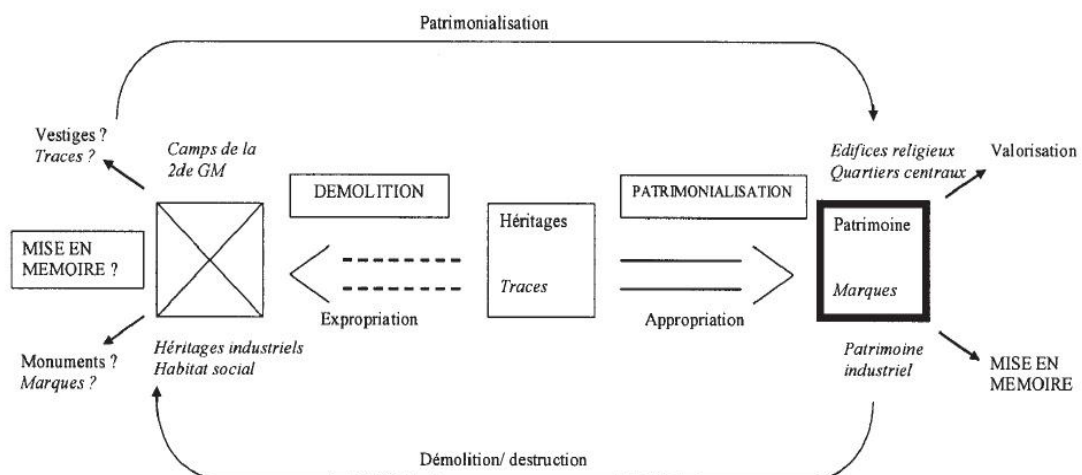
A *patrimonialização*, que é um processo de reconhecimento e de valorização de edifícios, de espaços herdados: procuramos mostrar que para aqueles que deles se apropriam, trata-se de uma forma de inscrição no espaço e no tempo, fator de valorização e legitimação. Através de exemplos de mobilizações, vamos considerar a questão da apropriação do espaço e do posicionamento social que parecem inerentes a qualquer forma de patrimonialização.

A *demolição* é o inverso da patrimonialização e representa inversamente uma forma de desvalorização, de negação da memória para aqueles que estão associados aos edifícios demolidos e aos espaços reciclados. Vamos considerar ao mesmo tempo os casos mais flagrantes de demolições como negação simbólica de determinados grupos, mas também os casos mais banais, onde a violência é mais "despercebida", no âmbito do que é chamado "renovação urbana" ou "reforma urbana", seja em antigas áreas industriais ou grandes conjuntos.

A *memorização* e a *comemoração*, encaradas como reinvestimento dos *traços*, mas também como produção de novas *marcas*. Esta memorização será abordada, em casos extremos, após a demolição ou destruição, a fim de interrogar de forma incisiva a importância que reveste os recursos nos traços e no espaço. Trata-se ao mesmo tempo de considerar especificamente a dimensão espacial das memórias dolorosas, as que tendem a se apagar e se esconder.

Adotar estas três entradas nos permite cruzar abordagens. Não somente entre *patrimonialização* e *demolição*, quando postulamos a relação dialética. Mas igualmente entre heranças (conservadas ou demolidas) e reivindicações memoriais: o que permite considerar em qual medida *patrimonialização* e *demolição* referem-se à questão da memória e, por outro lado, até que ponto a demanda da memória se refere ao espaço.

Esquema 1: Articulações entre patrimonialização, demolição e memorização (concepção de Vincent Veschambre; construção de Raphaële Veschambre).



Induzindo uma transformação da forma e do sentido do lugar, esses três processos criam as condições de sua apropriação ou de sua reapropriação simbólica. É o que vamos considerar através da *patrimonialização*, da *demolição* e da *memorização*, é o posicionamento dos atores sociais no espaço material e simbólico da cidade e mais amplamente na sociedade.

Notas Finais

ⁱ Texto original da introdução do livro: VESCHAMBRE, Vincent. “Traces et mémoires urbaines, enjeux sociaux de la patrimonialisation. Press Universitaires de Rennes, França, 2008. Disponível na web em: <http://www.pur-editions.fr/couvertures/1221573149_doc.pdf>.

ⁱⁱ Artigo traduzido por Raimundo Freitas Aragão

ⁱⁱⁱ Mas também e mais amplamente as ciências sociais que se interessam pelo espaço.

^{iv} “(A cidade), é um espaço com tendência em exacerbar fenômenos certamente para além, mas de forma geralmente mais difusa” (Gravari-Barbas, 2004, p. 163).

^v Uma ação de linguagem específica tem uma importância em matéria de apropriação simbólica do espaço: é o da denominação.

^{vi} Uma das mais antigas ocorrências conhecidas de *marca* (1456) conduz à idéia de “um signo posto sobre um objeto para torná-lo reconhecível, para marcar a propriedade” (Arch. Nord B 1686 f^o 69 : « *lui memes avoit marquié les fustz et caques esquelz estoit le dit herenc, d’un signe ou marque faulx* »). Site da internet do CNRTL.

^{vii} Benoît Raoulx define a *visibilidade* como a «dimensão espacial dos signos» (Raoulx, 2006).

^{viii} Mesmo no caso de uma apropriação jurídica, a marcação que a acompanha (barreira, sinalização...) exprime uma reivindicação exitosa, garantida pelo poder público.

^{ix} Quando este registro da *marcação* é abordado em geografia, e mais amplamente nas ciências sociais, o termo *marcador* é geralmente o mais utilizado. Sua origem pode ser levada a Erwin Goffman que propôs o termo no tomo 2 do *Mise en scène de la vie quotidienne* (Goffman, 1973) e ele próprio foi pesquisador dos etnólogos. No capítulo sobre os « *territoires du moi* », ele define *marcação* como um signo destinado a “reivindicar um território” na ausência da pessoa que o reivindica. Se ele remete claramente à dimensão espacial, ele atenta à sua abordagem microssociológica das marcações objetos, deslocáveis (óculos de sol, livros...) e não considera as inscrições no espaço.

^x Mesmo se é evidente em meio urbano como em espaços rurais, é necessário reajustar a vegetação e notadamente as árvores que podem ser marcas proeminentes.

^{xi} Pensa-se nos célebres grafites de Pompéia. Joël Candau referencia a antiguidade desta vontade dos humanos de «deixar sua marca» através do hebreu *zekher* que significa ao mesmo tempo «gravar » « se lembrar ». (Candau, 1998, p. 100).

^{xii} Pelo menos nas sociedades ocidentais: para uma discussão sobre a importância da pedra, da materialidade, na fixação do poder e a construção identitária, reporta-se a: Gravari-Barbas, Guichard-Anguis, 2003.

^{xiii} Segundo Paul Ricoeur, os fenômenos mnemônicos “implicam o corpo, o espaço, o horizonte do mundo”, o que ele resume em termo de “mundaneidade da memória” (Ricoeur, 2000, p. 48).